

Há um sentido de urgência na emancipação cívica do país

# Cinco compromissos para Portugal

FRANCISCO JAIME QUESADO

Gestor do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento



Neste tempo de crise global, impõe-se uma discussão séria sobre as prioridades estratégicas do país. A sociedade portuguesa encontra-se bloqueada e impõe-se um sentido de urgência na emancipação cívica do país. Trata-se dum compromisso activo, em que a aposta na participação e a valorização das competências, numa lógica colaborativa, têm de ser as chaves da diferença.

1 - UM COMPROMISSO PELA INCLUSÃO SOCIAL – Um país moderno tem que saber integrar de forma positiva os seus cidadãos. A coesão social faz-se pela participação construtiva e tem que haver uma atitude clara de mobilização para esse esforço nacional de convergência de actuação. A educação na escola tem de

forçar a pedagogia e a prática da integração dos desfavorecidos, imigrantes, todos aqueles com défices operativos de participação; têm que ser dinamizadas “acções

de demonstração” do apoio à vontade do contributo de todos. Um Programa para a Inclusão Social tem que saber “integrar de facto”.

2 – UM COMPROMISSO PELA DIMENSÃO TECNOLÓGICA – Está mais do que consolidada a mensagem da urgência da dimensão tecnológica na matriz de desenvolvimento nacional. Um Programa para a Competitividade tem de forçar dinâmicas efectivas de aposta na tecnologia, seja ao nível da concepção de ideias novas de serviços e produtos, seja ao nível da operacionalização de centros modernos rentáveis de produção, seja sobretudo ao nível da construção e participação activa em redes internacionais de comercialização e transacção de produtos e serviços.

3 – UM COMPROMISSO PELA EXCELÊNCIA TERRITORIAL – Portugal tem uma oportunidade única de potenciar um novo paradigma de cidades médias,

voltadas para a qualidade, a criatividade, a sustentabilidade ecológica. Verdadeiros centros de modernidade participativa, que façam esquecer a dinâmica asfixiante das “âncoras comerciais” que são os modernos shoppings que dominam o país. Um Programa Territorial para a Modernidade, é vital para dar conteúdo estratégico à ocupação das cidades médias e à nova vontade de também saber apostar no interior.

4 – UM COMPROMISSO PELA DIMENSÃO CULTURAL – Portugal tem uma forte cultura alicerçada no potencial histórico da língua. É um activo único. Um Programa Intelectual da Cultura Portuguesa tem de saber dinamizar de facto nos grandes circuitos internacionais a apetência pela prática e consumo dos muitos “produtos culturais” nacionais disponíveis. A “cultura da língua portuguesa” tem de ajudar na criação de valor para o nosso país.

5 – UM COMPROMISSO PELA MAIORIDADE CÍVICA – Tudo passa, no princípio e no fim, por saber estar e participar. Impõe-se para Portugal uma cultura de participação cívica activa positiva. É assim que se faz a riqueza da matriz europeia. É assim que se tem consolidar a actuação dos grandes objectivos para este novo ciclo de “integração europeia”.

Estes cinco “eixos estratégicos” constituem referenciais centrais duma matriz de modernidade participativa e operativa para o país e claramente que a Agenda do Novo Ciclo Político, na sua modelação e estruturação em sede de definição de prioridades, deverá ter em conta. O “Novo Paradigma” que se pretende para o país merece por isso pensamento estratégico mas sobretudo capacidade de monitorização sobre os efeitos da “aposta da excelência” no reforço da coesão nacional. Temos que ser capazes. Sim, nós podemos.

“Um Programa Intelectual da Cultura Portuguesa tem de saber dinamizar de facto nos grandes circuitos internacionais a apetência pela prática e consumo dos muitos ‘produtos culturais’ nacionais disponíveis”

## Sem travões

O país acordou para a presente semana sob a sugestão de Angela Merkel e do Ministro das Finanças alemão, Wolfgang Schäuble, para que os Estados-membros da Zona Euro incluam nas respectivas Constituições disposições semelhantes à existente na Alemanha, tendentes à imposição de limites ao défice público (e/ou à dívida pública).

Imediatamente secundada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Português em entrevista ao “Diário Económico”, a proposta suscitou reacções heterogéneas da parte dos Partidos e dos analistas.

Ora, entre outras, podem colocar-se as três seguintes questões: a utilidade, a executabilidade e a responsabilidade associada à imposição formal de tais limites.

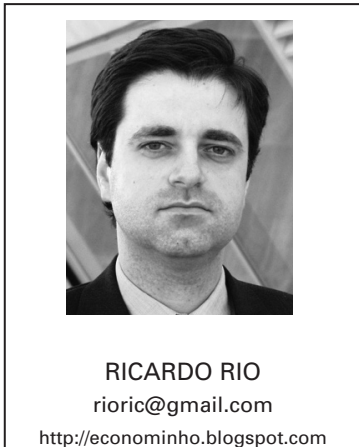
No primeiro caso, parece-me claro que a adopção de tal dispositivo não pretende ter um efeito prático de limitação (a uma qualquer situação concreta em que os valores pudessem estar em risco de ser ultrapassados) mas procura funcionar antes como um testemunho de compromisso para com esse objectivo.

A inclusão de tais metas de natureza contabilístico-financeira num documento como a Constituição serviria então para manifestar o relevo que lhes seria atribuído pelos Estados/Governos em questão, funcionando como meio de enfatizar as políticas prosseguidas tendo em vista tal desiderato.

Tratar-se-ia, pois, de uma questão de credibilização da conduta governativa, numa ideia muito enquadrada pela visão da Europa não mediterrânica de que as leis (incluindo a Constituição) são para ser cumpridas.

Quanto à questão da exequibilidade, é fácil imaginar o que se passaria no nosso País perante uma situação de eventual ultrapassagem de tais limites.

Desde logo, numa base de verificação do défice real/dívida pública acumulada no fi-



RICARDO RIO

rrioric@gmail.com

<http://econominho.blogspot.com>

nal de um determinado ano, e independentemente do que tivesse sido previamente orçamentado, poder-se-ia sempre invocar que tais resultados teriam resultado de uma conjuntura económica adversa, dificilmente antecipável aquando da construção do Orçamento anterior.

Já em relação ao Orçamento subsequente, a ultrapassagem do valor do défice/dívida e a aplicação efectiva do preceito Constitucional transformaria

um mecanismo-travão de disciplina das Contas Públicas numa verdadeira e apertada grilheta com a qual Partido algum, do poder ou Oposição, quieria ficar associado.

Depois dos Governos de iniciativa presidencial, passaríamos assim a ter os Orçamentos de iniciativa presidencial (ou a ver o presidente delegar tal tarefa no Banco de Portugal ou no Tribunal de Contas ou, eventualmente, a ser assumida tal função pela tecnocracia da União Europeia, algo não muito diferente do que aconteceu na passada semana).

Sobra então a questão da responsabilidade. Necessariamente, perante uma situação de violação de tal preceito constitucional, teria de ser apurada a responsabilidade política e legal pelo resultado obtido.

Ora, com ou sem os ventos favoráveis da conjuntura económica, cabe ao Governo “fazer executar o Orçamento de Estado” nos termos da dita Constituição (Art.º 199º), pelo que teria que ser precisamente o Governo a ser responsabilizado por tal circunstância.

E, pergunta-se, poderia um Governo continuar em funções depois de violar a Constituição? Estaria então a ser assegurado o “regular funcionamento das instituições democráticas”?

E, se não for esse o entendimento, como avaliam o desempenho do actual Governo aqueles que defendem hoje a adopção de tais disposições?

## A insegurança nas empresas

Decorridos 17 anos de vigência da nossa lei-quadro de Segurança e Saúde no trabalho (SST), o DL441/91, formados cerca de 5000 técnicos superiores de Segurança e Higiene no Trabalho (SHT) e cerca de 1000 técnicos nível III, a organização dos serviços de SHT ainda está aquém das necessidades das nossas empresas.

Enquanto a segurança for encarada como sendo da responsabilidade dos técnicos ou dos departamentos que tratam destes assuntos, vamos continuar a registar estes níveis de “insegurança”.

Para tal, teremos que “atacar” em três frentes, nomeadamente na formação ao longo da vida, a começar pelos mais jovens; em vantagens sociais para empresas

com boas práticas na área de SHT e/ou uma maior diferenciação ao nível dos seguros de trabalho; e, finalmente, com um maior nível de inspecções com aplicação das respectivas coimas. A formação deve começar o mais cedo possível. Não é aos 20 anos que se alteram rotinas e, muito menos, culturas. Daí que se deva começar pelos mais jovens, à semelhança do excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na área ambiental. A alteração da cultura demora, em média, duas ou três gerações. A melhor forma de o fazer é avançar com formação de qualidade logo desde a infância. Mas, para isso, os professores do ensino básico necessitam igualmente de formação nestas áreas.

As vantagens – sociais ou relativas a prémios de seguro de acidentes de tra-

SÓNIA MARTINS  
Coordenadora Técnico Científica e Formadora do Curso de Técnico Superior de Segurança e Higiene do Trabalho- Nível V, da TÜV Rheinland Portugal

balho – surgem como outra alternativa. É concorrência desleal quando umas empresas fazem o que está ao seu alcance para cumprir a legislação e para dar as melhores condições de

trabalho aos seus colaboradores, e outras nada fazem, tornando óbvios os seus preços reduzidos, já que não têm os mesmos custos de exploração.

Quanto às inspecções, tenho-me apercebido que estas se têm debruçado muito com papéis e não tanto com as condições de trabalho. Na minha opinião, o ideal seria abordar as duas vertentes. Os inspectores de trabalho têm um papel importante na verificação do cumprimento legal, sendo elementos externos que vêm reforçar a palavra dos técnicos de segurança da organização.

Enquanto a segurança for encarada como sendo da responsabilidade dos técnicos ou dos departamentos que tratam destes assuntos, vamos continuar a registar estes níveis de “insegurança”.

Já todos ouvimos falar no icebergue dos acidentes de trabalho. Proponho esta abordagem um pouco diferente: os comportamentos de risco poderão ser a base do icebergue. Quantos de nós, de vez em quando, mostramos estes comportamentos? Quantas fazemos as coisas sem pensar e depois magoamo-nos?

Deveríamos ser um exemplo. O “não faças o que eu faço, faz antes o que te digo” não funciona com ninguém, nem mesmo com as crianças.

Para concluir, a melhoria das condições de segurança só se atingirá se todos estiverem cientes do seu papel e assumirem responsabilidades nesta matéria. Vamos evitar os comportamentos de risco, vamos alertar sempre que alguém os pratique. Enfim, vamos parar para pensar e agir apenas em segurança.